

Editorial

Milton de Arruda Martins¹

Em 18 de fevereiro de 1808, D. João VI assinou um documento que criava a Escola de Cirurgia da Bahia, hoje a Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. No mesmo ano, fundou outra escola, na cidade do Rio de Janeiro, hoje a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O ano de 2008 é, portanto, muito importante para as escolas médicas brasileiras: comemoramos 200 anos de ensino médico no Brasil.

Ao comemorarem dois séculos de ensino médico, as escolas médicas precisam olhar para o passado, mas principalmente para o presente e o futuro, avaliando os grandes desafios existentes para formar médicos no início de nosso terceiro século – médicos competentes, éticos e comprometidos com as necessidades de nossa população. Estes objetivos estão muito bem definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Medicina, que hoje constituem os princípios gerais para a formação médica. A partir da definição das diretrizes curriculares, as escolas médicas brasileiras passam a concentrar esforços e recursos para formar um “médico, com uma boa formação geral, humanista, crítica e reflexiva. Capacitado a atuar, pautado em princípios éticos, no processo de saúde-doença em seus diferentes níveis de atenção, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação à saúde, na perspectiva da integralidade da assistência, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano”.

No ano de 2008 também comemoramos 30 anos da Declaração de Alma-Ata. A Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, realizada de 6 a 12 de setembro de 1978, em Alma-Ata, no Cazaquistão, então parte da União Soviética, resultou na Declaração de Alma-Ata, que definiu a necessidade de estabelecer uma rede de atenção primária de boa qualidade e acessível a todas as pessoas, como parte fundamental do plano de “Saúde para todos no ano 2000”. Segundo a Declaração de Alma-Ata, a saúde é “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doença ou enfermidade; é um direito humano fundamental, e atingir o mais alto nível possível de saúde é o objetivo social mais importante em escala mundial e sua realização requer a ação de muitos setores econômicos e sociais além do setor saúde”.

Também em 2008, comemoramos 20 anos da Declaração de Edimburgo, elaborada na Conferência Mundial de Educação Médica, realizada de 7 a 12 de agosto de 1988, na Escócia. A Declaração de Edimburgo enfatiza princípios gerais para a formação médica que foram muito importantes para a transformação dos cursos de Medicina em todo o mundo nas décadas seguintes, como, por exemplo: ampliar os ambientes em que os programas educacionais são realizados, para incluir todos os recursos de assistência à saúde da comunidade e não apenas os hospitais; garantir que os conteúdos curriculares reflitam as prioridades de saúde do País; e criar currículos e sistemas de avaliação dos estudantes que permitam atingir tanto a competência profissional como valores sociais e não apenas a retenção de informações.

Entre todos os desafios a enfrentar para a formação de médicos adequados às necessidades da sociedade brasileira neste início do século 21, um deles é a necessidade de produção de conhecimento na área da Educação Médica. A *Revista Brasileira de Educação Médica* tem desempenhado papel fundamental na divulgação de artigos científicos nessa área do conhecimento. Temos constatado, com grande satisfação, que o número de artigos submetidos à RBEM é crescente e sua qualidade é cada vez melhor.